

Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A.

CNPJ/MF nº 20.280.037/0001-28

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Fluxo de Caixa																																																									
	Nota	2021	2020		2021	2020																																																							
<b>Ativos</b>				<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020</b>			<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020</b>																																																						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.374	112	(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			(Em milhares de reais)																																																						
Títulos e valores mobiliários	5.1	-	1.225																																																										
Impostos a recuperar		7	2																																																										
Imposto de renda e contribuição social		17	7																																																										
Dividendos a receber		435	435																																																										
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.833</b>	<b>1.781</b>																																																										
Impostos a recuperar		4	6																																																										
Investimentos	6	442.518	315.533																																																										
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>442.522</b>	<b>315.539</b>																																																										
<b>Total do ativo</b>		<b>444.355</b>	<b>317.320</b>																																																										
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras																																																													
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas</b>				<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>																																																									
<b>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>				<b>para os exercícios encerrados em 31 de dezembro</b>																																																									
1. <b>Contexto operacional</b> – A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2014 e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, tendo por objetivo principal a participação no capital de outras Companhias. Em 31 de agosto de 2015, a razão social da Companhia foi alterada para Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A. (“Companhia” ou “HBNH”). 2. <b>Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras</b> – a) <b>Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de maio de 2024. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) <b>Moeda funcional e de apresentação:</b> As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) <b>Uso de estimativas e julgamentos:</b> Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 3 (b) – consolidação; determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida. <b>Mensuração do valor justo:</b> Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos. d) <b>Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 3. <b>Principais políticas contábeis</b> – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. a) <b>Mudança nas políticas contábeis:</b> A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. b) <b>Investimentos em controladas:</b> Em 1º de janeiro de 2019 as empresas Hidroviás do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidroviás do Brasil Adm Portuária de Santos foram incorporadas pela Companhia. Com este movimento, que faz parte da estratégia da Companhia para otimizar sua estrutura societária, as empresas Hidroviás do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidroviás do Brasil Adm Portuária de Santos, se tornaram controladas pela Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A. As demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através d. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As Companhias investidas são:				<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Capital Social</th> <th colspan="2">Prejuízos acumulados</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> <th>Prejuízos acumulados</th> <th>Total</th> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 01/01/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(10.514)</td> <td>502.475</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(230.776)</td> <td>(230.776)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(241.290)</td> <td>271.699</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td>205.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>205.000</td> <td>205.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(32.988)</td> <td>(32.988)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2021</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> <td>(274.278)</td> <td>443.711</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> </tr> </tbody> </table>				Capital Social		Prejuízos acumulados		Total		Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC	Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018	Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-	Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018	Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-	Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-	Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018
Capital Social		Prejuízos acumulados		Total																																																									
Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC																																																								
Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018																																																							
Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018																																																							
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras																																																									
<b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. <b>Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. <b>Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. <b>Desreconhecimento:</b> Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos,				<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Capital Social</th> <th colspan="2">Prejuízos acumulados</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> <th>Prejuízos acumulados</th> <th>Total</th> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 01/01/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(10.514)</td> <td>502.475</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(230.776)</td> <td>(230.776)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(241.290)</td> <td>271.699</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td>205.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>205.000</td> <td>205.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(32.988)</td> <td>(32.988)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2021</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> <td>(274.278)</td> <td>443.711</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> </tr> </tbody> </table>				Capital Social		Prejuízos acumulados		Total		Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC	Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018	Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-	Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018	Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-	Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-	Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018
Capital Social		Prejuízos acumulados		Total																																																									
Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC																																																								
Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018																																																							
Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018																																																							
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras																																																									
<b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. <b>Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. <b>Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. <b>Desreconhecimento:</b> Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos,				<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Capital Social</th> <th colspan="2">Prejuízos acumulados</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> <th>Prejuízos acumulados</th> <th>Total</th> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 01/01/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(10.514)</td> <td>502.475</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(230.776)</td> <td>(230.776)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(241.290)</td> <td>271.699</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td>205.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>205.000</td> <td>205.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(32.988)</td> <td>(32.988)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2021</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> <td>(274.278)</td> <td>443.711</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> </tr> </tbody> </table>				Capital Social		Prejuízos acumulados		Total		Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC	Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018	Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-	Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018	Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-	Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-	Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018
Capital Social		Prejuízos acumulados		Total																																																									
Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC																																																								
Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018																																																							
Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018																																																							
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras																																																									
<b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. <b>Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. <b>Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. <b>Desreconhecimento:</b> Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos,				<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Capital Social</th> <th colspan="2">Prejuízos acumulados</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> <th>Prejuízos acumulados</th> <th>Total</th> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 01/01/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(10.514)</td> <td>502.475</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(230.776)</td> <td>(230.776)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(241.290)</td> <td>271.699</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td>205.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>205.000</td> <td>205.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(32.988)</td> <td>(32.988)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2021</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> <td>(274.278)</td> <td>443.711</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> </tr> </tbody> </table>				Capital Social		Prejuízos acumulados		Total		Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC	Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018	Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-	Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018	Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-	Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-	Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018
Capital Social		Prejuízos acumulados		Total																																																									
Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC																																																								
Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018																																																							
Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018																																																							
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras																																																									
<b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. <b>Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. <b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. <b>Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:</b> Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. <b>Desreconhecimento:</b> Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferir os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos,				<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Capital Social</th> <th colspan="2">Prejuízos acumulados</th> <th colspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> <th>Prejuízos acumulados</th> <th>Total</th> <th>Capital social</th> <th>AFAC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldos em 01/01/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(10.514)</td> <td>502.475</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(230.776)</td> <td>(230.776)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2020</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> <td>(241.290)</td> <td>271.699</td> <td>496.971</td> <td>16.018</td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td>205.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>205.000</td> <td>205.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(32.988)</td> <td>(32.988)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldos em 31/12/2021</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> <td>(274.278)</td> <td>443.711</td> <td>701.971</td> <td>16.018</td> </tr> </tbody> </table>				Capital Social		Prejuízos acumulados		Total		Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC	Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018	Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-	Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018	Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-	Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-	Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018
Capital Social		Prejuízos acumulados		Total																																																									
Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Capital social	AFAC																																																								
Saldos em 01/01/2020	496.971	16.018	(10.514)	502.475	496.971	16.018																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(230.776)	(230.776)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2020	496.971	16.018	(241.290)	271.699	496.971	16.018																																																							
Aumento de capital	205.000	-	-	205.000	205.000	-																																																							
Prejuízo do exercício	-	-	(32.988)	(32.988)	-	-																																																							
Saldos em 31/12/2021	701.971	16.018	(274.278)	443.711	701.971	16.018																																																							
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras																																																									
<b>Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:</b> O pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados																																																													

... continuação		2021		2020		Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A.		2021		2020							
<b>Passivo</b>						Classificados como:											
<b>Passivo pelo custo amortizado:</b>						Gerais e administrativas											
Fornecedores	Nível 2	14	-			(19)	(39)	Outros ajustes:									
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	-	45.000			(19)	(39)	Imposto diferido s/ diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos									
Outras contas a pagar	Nível 2	19	10			2021	2020	Imposto de Renda e Contribuição Social									
10.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: Os instrumentos financeiros da Companhia, com exceção dos derivativos, são classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, o passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2019.						12. Resultado financeiro											
10.3. Gerenciamento de risco: Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral: Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de taxa de juros. Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito: É o risco de a Companhia e de sofrerem prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por aplicações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões internas realizadas pela controladora final para tomadas de decisões. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil do instrumento financeiro que representa exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras é:						Receitas:											
Caixa e equivalentes de caixa						Rendas de aplicações financeiras											
Títulos e valores mobiliários						(1) PIS e Cofins s/ Receita Financeira											
Suficiência (Insuficiência) líquida de caixa						Outras											
Patrimônio líquido						Despesas:											
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobre líquida de caixa						Outras											
1. Despesas gerais e administrativas						Total											
Salários, encargos e benefícios						Resultado financeiro líquido											
Serviços de terceiros						13. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, ao qual apresentou Lucro Contábil e, consequentemente, a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.						Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL					
Viagens e Passagens						Alíquota nominal											
Outras (despesas) receitas						IRPJ e CSLL a Alíquota Nominal											
Total						Ajustes Permanentes:											
						Equivalência patrimonial											
						2021											
						2020											
						Diretoria											
						Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente											
						Tiago Raphael de Carvalho – Diretor de Operações											
						Contador											
						Felipe Nezio de Castro – CRC 1SP 324.785/O-3											
Aos Conselheiros e Diretores da Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A.   São Paulo-SP						Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras											
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos						que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de maio de 2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 014.428/O-6 Andre Fonseca da Rocha Contador CRC 1SP 265.531/O-8											

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833  
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/05/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Ipsis Gráfica e Editora S.A.

CNPJ nº 61.407.078/0001-10

**RELATORIO DA DIRETORIA:** Senhores Acionistas: Atendendo às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários ao perfeito conhecimento das contas apresentadas. Santo André, 31 de março de 2024.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)**

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
2023		2022		2023		2022		
<b>Ativo</b>	<b>89.810.369,57D</b>	<b>74.213.870,59D</b>	<b>Passivo</b>	<b>89.810.369,57C</b>	<b>74.213.870,59C</b>	<b>Receita bruta</b>	<b>134.321.800,69</b>	
<b>Circulante</b>	<b>59.731.702,55D</b>	<b>54.781.158,89D</b>	<b>Circulante</b>	<b>46.105.101,45C</b>	<b>41.468.500,78C</b>	Deduções	(7.156.649,42)	
Disponível	21.280.565,00D	12.731.709,04D	Obrigações operacionais	35.705.402,49C	33.567.565,72C	Receita líquida	127.165.151,27	
Crédito por vendas	19.925.878,34D	16.074.410,98D	Fornecedores	19.406.062,30C	20.140.798,31C	Custo dos produtos vendidos	(95.629.445,95)	
Adiantamento e empréstimo	242.499,77D	203.694,23D	Adiantamento de clientes	1.129.744,92C	1.646.905,36C	Lucro bruto	31.535.705,32	
Estoques	7.429.623,45D	17.076.893,49D	Adiantamento venda futura	11.757.285,44C	10.754.880,76C	<b>Despesas administrativas</b>	<b>(15.744.996,36)</b>	
Títulos e valores mobiliários	1.579.848,83D	420.614,81D	Empréstimos e financ. - Curto prazo	3.412.309,83C	1.024.981,29C	Custos dos serviços vendidos	(8.585,48)	
Impostos a recuperar	9.228.433,66D	8.273.836,34D	Obrigações trabalhistas	819.169,78C	763.919,51C	Despesas tributárias	(777.807,25)	
Despesas de exercício seguinte	44.853,50D	-	Obrigações previdenciárias	687.158,48C	537.912,86C	Despesas financeiras	(2.332.153,14)	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>30.078.667,02D</b>	<b>19.432.711,70D</b>	Obrigações tributárias	645.028,24C	541.465,55C	Receitas financeiras	2.545.835,66	
Imobilizado	30.050.190,28D	19.391.029,88D	Outras obrigações	16.402,76C	-	Despesas de comercialização	(2.271.384,07)	
Bens intangíveis	28.476,74D	41.681,82D	Provisões	8.231.939,70C	6.057.637,14C	Outras despesas operacionais	-	
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES</b>				<b>Exigível não circulante</b>	<b>23.821.304,70C</b>	<b>20.250.778,60C</b>	Outras receitas operacionais	990.713,40
2023		2022		Obrigações operacionais	9.580.144,03C	9.580.144,03C	Resultado operacional líquido	13.937.328,08
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.889.489,33</b>	<b>9.801.077,46</b>	Empréstimos e financiamentos	12.815.557,64C	10.670.634,57C	<b>Receitas não operacionais</b>	<b>1.347.726,18</b>	
<b>Result. abrang. total do exercício</b>	<b>9.889.489,33</b>	<b>9.801.077,46</b>	Dividendos e lucros distribuídos	1.425.603,03C	-	Resultado antes do IRPJ e CSLL	15.285.054,26	
<b>DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				<b>Patrimônio líquido</b>	<b>19.883.963,42C</b>	<b>12.494.591,21C</b>	Provisões	(5.395.564,93)
2023		2022		Capital social	2.200.000,00C	2.200.000,00C	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>9.889.489,33</b>
<b>Capital realizado autorizado</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>2.200.000,00</b>	Reserva de capital	6.357,62C	6.357,62C	<b>Result. abrang. total do exercício</b>	<b>9.889.489,33</b>	
<b>Reservas de capital</b>		<b>Reservas de lucros</b>		Reserva de lucros	17.677.605,80C	10.288.233,59C	<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	
<b>Reserva de capital</b>		<b>Reserva legal</b>		<b>Ajuste exercício anterior</b>		<b>Total</b>		
Saldo em 31/12/2022	2.200.000,00	5.873,51	484,11	440.000,00	9.876.257,16	(28.023,57)	12.494.591,21	
Lucros acumulados	-	-	-	-	7.389.489,33	-	7.389.489,33	
Ajuste exercícios anteriores - Lei 6404	-	-	-	-	-	(117,12)	(117,12)	
	<b>2.200.000,00</b>	<b>5.873,51</b>	<b>484,11</b>	<b>440.000,00</b>	<b>17.265.746,49</b>	<b>(28.140,69)</b>	<b>19.883.963,42</b>	

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
2023		2022		2023		2022		
<b>Atividades operacionais</b>	<b>9.889.489,33</b>	<b>9.801.077,46</b>	<b>Resultado do período</b>	<b>9.889.489,33</b>	<b>9.801.077,46</b>	<b>Ajuste de exercícios anteriores</b>	<b>(117,12)</b>	
Resultado do período	9.889.489,33	9.801.077,46	Ajuste de exercícios anteriores	(117,12)	108,25	Depreciação e amortização	794.244,49	
Ajuste de exercícios anteriores	(117,12)	108,25	<b>Lucro operacional bruto antes das mudanças no capital de giro</b>	<b>10.683.616,70</b>	<b>14.090.191,32</b>	(Aumento) red. em contas a receber	(5.459.209,55)	
Depreciação e amortização	794.244,49	4.289.005,61	(Aumento) red. em outras contas a rec.	(584.488,12)	(1.630.755,70)	(Aumento) redução nos estoques	9.647.270,04	
<b>DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				<b>Lucro operacional líquido</b>	<b>16.531.201,13</b>	<b>13.078.202,05</b>	(Aumento) redução em fornecedores	(734.736,01)
2023		2022		Aum. (red.) em contas a pagar e prov.	1.465.844,73	318.956,52	Aumento (redução) no IRPJ e CSLL	5.395.564,93
<b>Capital social</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>Caixa prov. das operações</b>	<b>20.413.862,72</b>	<b>14.400.652,35</b>	IRPJ e CSLL pagos	(3.882.661,59)	
Saldo em 31/12/2022	2.200.000,00	5.873,51	484,11	440.000,00	9.876.257,16	<b>Fluxo de caixa antes dos itens extraordinários</b>	<b>16.531.201,13</b>	
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	7.389.489,33	<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>16.531.201,13</b>
Ajuste exercícios anteriores - Lei 6404	-	-	-	-	-	(117,12)	<b>Atividades de investimento</b>	<b>(11.440.199,81)</b>
	<b>2.200.000,00</b>	<b>5.873,51</b>	<b>484,11</b>	<b>440.000,00</b>	<b>17.265.746,49</b>	<b>(28.140,69)</b>	<b>19.883.963,42</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Nota 1 - Contexto Operacional:** A Companhia Ipsis Gráfica e Editora S.A., com sede a Rua Vereador Jose Nanci N. 151 - Parque Jacatuba - Santo André - SP, inscrita no CNPJ 61.407.078/0001-10 é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 08/08/1966, e tem como objeto social a composição e encadernação de livros, anuários, revistas, jornais e catálogos e a edição de livros e revistas, podendo também estabelecer, adquirir e explorar indústria e comércio relacionados. **Nota 2 - Resumo dos procedimentos contábeis:** a) As demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com as disposições da Lei 10638/08 e da legislação tributária vigente; b) As receitas e despesas foram registradas segundo o regime de competência; c) Os valores realizáveis no curso do exercício social subsequente foram classificados no ativo e no passivo circulante, respectivamente; d) Os estoques foram avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao preço de mercado; e) As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais até a data do balancete; f) A depreciação do ativo imobilizado foi calculada pelo método linear de acordo com as taxas admitidas pela legislação tributária, que expressam a estimativa utilidade dos bens; g) Não foram constituídas provisões para perdas ou riscos de créditos, pois sua base estimada foi julgada irrelevante; h) A variação cambial é tributada no regime de caixa; i) Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado; j) Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada; k) Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas; l) Não existência de fatos ocorridos subsequentemente (Eventos Subsequentes) à data de encerramento do exercício que possa impactar de forma relevante a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possa provocar efeitos sobre seus resultados futuros. **Nota 3 - Forma de Tributação:** A opção pela forma de tributação neste exercício é pelo LUCRO REAL TRIMESTRAL manifestada pelo recolhimento da primeira quota do imposto devido. **Nota 4 - Capital Social:** O Capital Social compõe-se de 20.650.536 ações, sendo 3.441.756 ações preferenciais e 17.208.780 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 0,106534765 cada uma, o qual permaneceu inalterado.

Fernando Steven Ullmann - Diretor Presidente  
Marcos Parziali - CRC/SP Nº SP-140505/O-5

## Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2024**

**1. Data, Hora e Local:** Ao trigésimo dia do mês de abril de 2024, às 09h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000 ("Companhia").

**2. Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Weber Ferreira Porto e Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque, em razão do que fica dispensada a exigência de convocação, nos termos do Art. 15, §1º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **4. Ordem do Dia:** Eleger os Diretores da Companhia e das suas controladas/investidas. **5. Deliberações tomadas por unanimidade:** Instalada a Reunião e procedida a leitura da Ordem do Dia, dando início a sua discussão, foi deliberado, nos termos do artigo 17, c, do Estatuto Social, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o seguinte: **5.1.** A eleição dos seguintes Diretores da Companhia: (i) Sr. **Marcos de Barros Cruz**, brasileiro, divorciado, engenheiro eletricitista, portador da cédula de identidade RG nº 24.675.869-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 254.747.598-78, com endereço na Av. Dr. José Artur Nova, 951, São Miguel Paulista, São Paulo, SP, para o cargo de **Diretor Geral**; (ii) Sr. **Marcos Romanoski**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.246.328-3 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 268.489.238-50, com endereço na Av. Dr. José Artur Nova, 951, São Miguel Paulista, São Paulo, SP, para o cargo de **Diretor sem designação específica**; e (iii) Sr. **Francisco José Carrara Fava**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº M6511989 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 905.972.756-04, para o cargo de **Diretor sem designação específica**, todos com mandato de 1 (um ano) a partir da presente data, mas permanecendo em seus cargos até a eleição dos respectivos substitutos ou sua reeleição, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **5.2.** A eleição do Sr. **Francisco José Carrara Fava**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº M6511989 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 905.972.756-04, para o cargo de **Diretor Financeiro** das seguintes empresas controlada e investida, respectivamente: **NBT S.A.**, com sede na Rua Jefferson Nepomuceno, nº 466, Ipanema, Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.135.601/0001-42; e **Vivus Agro Defensivos Agrícolas S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.522.040/0001-80, com sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na Rua Evlira Dal Picolo Degaspari, 500, Água Santa, CEP 13413-650, com mandato de acordo com os seus respectivos estatutos sociais e conforme vier a ser deliberado em assembleia geral das respectivas sociedades. **5.3.** Fica consignado que o Sr. **Maurício Gabriel Guimarães Siqueira de Vasconcelos Galvão**, o qual havia sido eleito para o cargo de Diretor em reunião deste Conselho de Administração, realizada em 31 de março de 2023, encerra, nesta data, seu mandato como Diretor na Companhia e em de suas controladas, conforme aplicável. Os membros do Conselho de Administração expressam aqui seu reconhecimento pelos serviços prestados pelo Sr. Maurício durante seu período como Diretor da Companhia. **5.5.1.** Fica aprovada também a eleição, pela Companhia, dos seguintes Diretores para as seguintes empresas controladas: i) Sr. **Marcos de Barros Cruz**, acima qualificado, para atuar como administrador na seguinte empresa controlada da Companhia: **Nitro Química Corporation**; ii) Sr. **Francisco José Carrara Fava**, acima qualificado, para atuar como administrador nas seguintes empresas controladas da Companhia: **Promak S.A.** e **Nitro Química Corporation**; iii) Sr. **Marcos Romanoski**, acima qualificado, para atuar como administrador na seguinte empresa controlada da Companhia: **Promak S.A.**; iv) Sr. **Felipe Fornazari Subtil**, brasileiro, casado, administrador de empresas, com cédula de identidade RG nº 27.869.585-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 260.747.038-25, para atuar como administrador nas seguintes empresas controladas da Companhia: **Nitro Química Corporation** e **Promak S.A.**; e, v) Sr. **Fernando Matheus**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 30.439.372-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 306.496.068-76, para atuar como administrador na seguinte empresa controlada da Companhia: **Nitro Química Corporation**; Consignar que os Diretores ora eleitos tomam posse dos referidos cargos, neste ato, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia, cujas cópias constituem os Anexos I a III da ata a que se refere esta Reunião, em que prestam as declarações aplicáveis previstas no art. 147 da Lei das S.A., inclusive de que não estão impedidos por lei especial para o exercício de cargos de administração da Companhia ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Ao assinar o respectivo Termo de Posse os Diretores também concordam expressamente com sua adesão à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Mesa:** Lucas Santos Rodas, Presidente; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Secretário. **Conselheiros:** Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque e Weber Ferreira Porto. JUCESP nº 204.704/24-8 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2024**

**Local, Data e Hora:** Aos 22 dias do mês de abril do ano de 2024, às 9h, na sede social da Companhia Nitro Química Brasileira, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000 ("Companhia"). **Convocação e Publicações:** Convocação publicada no Jornal Data Mercantil, nos dias 09, 10 e 11 de abril, nas páginas 09, 07 e 09, respectivamente, com a divulgação da íntegra das publicações na página do jornal na internet, nos termos do art. 289 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). As Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, foram publicadas no dia 15 de abril de 2024, no Jornal Folha de São Paulo, Caderno "Folhainvest", pg. 11, com a divulgação da íntegra da publicação na página do respectivo jornal da internet. **Presenças:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. Presente, ainda, em atendimento ao artigo 134, §1º da Lei das S.A. o Sr. Marcos de Barros Cruz, Diretor Geral da Companhia. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Ordem do dia:** (i) deliberar sobre a destinação do resultado, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar acerca da destinação do lucro líquido da Companhia de aludido exercício social; (iii) deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores; (iv) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) indicar o Presidente do Conselho de Administração; (vi) aprovar o EBITDA relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (vii) aprovar a projeção do Endividamento Líquido da Companhia para o exercício de 2024. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, com abstenção dos legalmente impedidos, conforme aplicável: **1.1.** Considerar como sanada a inobservância dos prazos referidos no art. 133 da Lei das S.A. **1.2.** Aprovar a dispensa da presença de representantes dos auditores independentes da Companhia, nos termos do §2º do art. 134, da Lei das S.A. **1.3.** Aprovar, depois de examinados e discutidos, o Relatório Anual da Administração e as contas dos administradores, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, conforme publicados; **1.4.** Aprovar a proposta da administração sobre a constituição de reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 52.382.782,10 (cinquenta e dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e dez centavos), nos termos do art. 195-A da Lei das S.A., à conta do saldo de lucro de exercícios anteriores, conforme contabilizado em 31 de dezembro de 2023. **1.5.** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com a proposta da administração que, rubricada pelos membros da mesa, fica arquivada na sede da companhia. **1.6.** Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024, em conformidade com a proposta da administração que, rubricada pelos membros da mesa, fica arquivada na sede da companhia; **1.7.** Eleger as seguintes pessoas para o Conselho de Administração, todas com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social que encerrará em 31 de dezembro de 2024: (a) **Lucas Santos Rodas**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 18.607.277-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 217.156.938-76, com escritório na Rua José Sapienza, 340, Bairro São Luiz, Ribeirão Preto, SP - CEP 14020-450, na qualidade de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração; (b) **Paulo Zucchi Rodas**, brasileiro, casado, empresário, portador de cédula de identidade RG nº 4.142.185 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 140.551.048-04, com escritório na Rua José Sapienza, 340, Bairro São Luiz, Ribeirão Preto, SP - CEP 14020-450, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração; (c) **Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 21.319.729-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 105.611.068-60, com escritório na Av. Faria Lima 2601, 10º Andar, conj. 101, São Paulo, SP - CEP 01452-924, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração; (d) **Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque**, brasileiro, casado, economista, portador de cédula de identidade RG nº 05220853-5 IFF/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.281.077-96, com escritório na Av. Faria Lima 2601, 4º Andar, São Paulo, SP - CEP 01452-924, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração; (e) **Alexandre Gonçalves Silva**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 39.565.565-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.153.817-87, residente e domiciliado na Rua Cel. Artur de Paula Ferreira, 132, apto 81, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP - CEP 04511-060, na qualidade de membro efetivo independente do Conselho de Administração; (f) **Weber Ferreira Porto**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 6.079.849-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 025.341.608-69, residente e domiciliado na Rua Barão de Santa Eulália, nº 350, apto. 30, Real Parque, São Paulo, SP - CEP 05685-090, na qualidade de membro efetivo independente do Conselho de Administração. **1.8.** Consignar que os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse dos referidos cargos, neste ato, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, cujas cópias constituem os Anexos I a VI da ata a que se refere esta Assembleia, em que prestam as declarações aplicáveis previstas no art. 147 da Lei das S.A., inclusive de que não estão impedidos por lei especial para o exercício de cargos de administração da Companhia ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Ao assinar o respectivo Termo de Posse os Conselheiros também concordam expressamente com sua adesão à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia. **1.9.** Aprovar o valor apurado pela Diretoria e ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia com relação ao valor do EBITDA referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 290.102.233,21 (duzentos e noventa milhões, cento e dois mil, duzentos e trinta e três reais e vinte um centavos), que deverá servir de parâmetro para os limites da atuação da administração da Companhia estabelecidos no Estatuto Social, em conformidade com a deliberação do Conselho de Administração, que fica arquivada na sede da Companhia. **1.10.** Aprovar a projeção do Endividamento Líquido da Companhia para o Exercício de 2024, nos termos do Artigo 11, alínea viii e §1º do Estatuto Social, conforme material detalhado já apresentado ao Comitê Financeiro e ao Conselho de Administração e que ficará arquivado na Sede da Companhia. Por fim, foi autorizada a lavratura da ata a que se refere a presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da LSA. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 22 de abril de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Lucas Santos Rodas - Presidente; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves - Secretário. **Acionistas Presentes:** Faro Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representado por sua gestora, Barauna Gestora de Recursos Ltda., representada, por sua vez, por André Oliveira Perosa e Paulo Ciampolini; Campen Investimentos e Participações S.A., representada por André Reginato e André Oliveira Perosa; Lucas Santos Rodas; Paulo Zucchi Rodas; Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves; Breno Gurgel do Amaral Jovino Marques; Bruno Massuo Itamoto; Danilo Correa de Oliveira; Debora Sautchuk Aramuni; Elias da Silva Assafrao; Ewerton do Vale Dilelis; Felipe Fornazari Subtil; Francisco José Carrara Fava; Fernando Matheus; Ingra de Queiroz Flecha; Henrique Hiroyuki Takahashi; Marcos de Barros Cruz; Marcelo Prevedello Sarzi; Marcos Romanoski; Marcos Roberto Bontempo; Nathalia Flinkas de Argollo Bastos; Mauricio Gabriel G. S. de V. Galvão; Renata Maria Serra Volpini; Pedro Henrique Junqueira Torsonse; Rodrigo Abib Arantes; Ricardo Noroy Iwamoto; e Tiago Ribeiro da Mota. São Paulo, 22 de abril de 2024. Certifico que a presente é fiel à ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Lucas Santos Rodas, Presidente; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Secretário. JUCESP nº 203.347/24-9 em 15/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/05/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Avvox Legal Technology Intelligence Ltda.

CNPJ/MF nº 35.295.832/0001-67 - NIRE: 35235676739

### Alteração de Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, **Angelo Bueno Paschoini**, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 03/10/1977, portador da cédula de identidade RG nº M7963760 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.919.486-30, residente e domiciliado na Rua Doutor Mello Nogueira, nº 105, conjunto 202, Vila Baruel, São Paulo/SP, CEP 02510-040. Único sócio da empresa **Avvox Legal Technology Intelligence Ltda.**, sediada na Calçada das Margaridas, 163, Sala 02, Centro Comercial Alphaville, Barueri/SP, 06453-038, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.295.832/0001-67, registrada perante a JUCESP sob o NIRE 35235676739 ("Sociedade"), resolve alterar o Contrato Social da Sociedade nos termos e condições a seguir expostos: **1 - Da Constituição por Alteração de Natureza Jurídica da Sociedade Limitada Unipessoal em Sociedade por Ações:** O sócio único, resolve, neste ato, transformar a Sociedade de Sociedade Limitada Unipessoal para Sociedade por Ações, que passará a ser denominada "**Avvox Legal Technology Intelligence S.A.**" ("**Companhia**"), mantendo-se todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Sociedade ora transformada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei 6.404/76. **2 - Do Capital Social:** O capital social da Companhia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), anteriormente dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, passa a ser representado por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas. **3 - Do Ingresso de Acionistas:** O único acionista **Angelo Bueno Paschoini**, decide neste ato: i. Transferir 50 (cinquenta) ações ordinárias nominativas, de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas a **Thais Saraiva de Sousa**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.648.873-9 e inscrita no CPF/MF sob o nº 409.998.098-73, residente e domiciliada na Travessa Carpinteiro do Universo, 61, Bairro: Jardim da Conquista (Zona Leste), São Paulo/SP, CEP: 08344-130, pelo que dá e recebe, plena, geral e irrevogável quitação pela operação ora realizada. **4 - Da Eleição dos Membros da Diretoria da Companhia:** Diante das alterações promovidas, foram eleitos por unanimidade, os membros da Diretoria da Companhia, que exercerão o mandato de 3 (três) anos, a saber: **Angelo Bueno Paschoini**, brasileiro, advogado, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 03/10/1977, portador da Cédula de Identidade RG nº M7963760 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.919.486-30, com endereço na Rua Doutor Mello Nogueira, nº 105, conjunto 202, Vila Baruel, São Paulo/SP, CEP 02510-040, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente da Companhia**; **Fausto Romera**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.992.336-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 261.218.958-02, com endereço na Rua Brigadeiro Gavião Peixoto, 604, Alto da Lapa, São Paulo - SP CEP 05078-000, para o cargo de **Diretor Financeiro da Companhia**; **Thais Saraiva de Sousa**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.648.873-9 e inscrita no CPF/MF sob o nº 409.998.098-73, residente e domiciliada na Travessa Carpinteiro do Universo, 61, Bairro: Jardim da Conquista (Zona Leste) - São Paulo/SP - CEP: 08344-130, para o cargo de **Diretora Operacional da Companhia**, permitida a reeleição, tomando posse de suas funções mediante assinatura do Termo de Posse, que faz parte integrante deste instrumento de alteração. **Declaração de Desimpedimento:** Os Diretores eleitos declaram sob as penas da lei não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por lei por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Fixação da Remuneração do Diretor:** Fixar em até R\$ 150.000,00 a remuneração anual a ser paga aos Diretores eleitos para o exercício de 2024. Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o Estatuto, assim o permitem. **5 - Da Aprovação do Texto do Estatuto Social da Companhia:** Considerando as alterações promovidas neste instrumento, fica aprovado o texto do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Estatuto Social que compõe o Anexo I, que achado lido e aprovado, foi por todos assinado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma. Barueri/SP, 27/03/2024. **Angelo Bueno Paschoini**, Acionista, Diretor Presidente; **Thais Saraiva de Sousa**, Acionista, Diretora Operacional; **Fausto Romera**, Diretor Financeiro. **Visto do Advogado:** Nome: Ana Beatriz de Souza Santos, OAB/SP: 476.013. JUCESP/NIRE nº 3530063687-2. JUCESP nº 190.320/24-2 em 26/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º** - A Companhia atuará sob a denominação "**Avvox Legal Technology Intelligence S.A.**", adotando o nome fantasia de "**Avvox Technology**" sendo regida pelo disposto neste Estatuto Social e pela legislação pertinente às Sociedades Anônimas, em especial a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas posteriores alterações. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede na Calçada das Margaridas, 163 - Sala 02 - Centro Comercial Alphaville - Barueri - SP - 06453-038 e, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá abrir ou extinguir filiais, subsidiárias, representações ou escritórios, no Brasil ou no exterior. **§1º** - A Companhia possui a seguinte filial: Rua Doutor Mello Nogueira, nº 105, 2º andar, Sala 212, Vila Baruel, CEP: 02510-040, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o NIRE 35906385341 e CNPJ nº 35.295.832/0008-33. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (CNAE 6202-3/00), consultoria empresarial, desenvolvimento de negócios, planejamento empresarial, planejamento estratégico (CNAE 70.20-4/00), consultoria em tecnologia da informação (CNAE 6204-0/00) e pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais (CNAE 7210-0/00). **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações. Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, em bens ou de qualquer outra forma admitida em lei, é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **§ 1º** - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, e, quando emitidos, serão assinados pelo Diretor Presidente. **§ 2º** - A Assembleia Geral dos Acionistas, convocada para esse fim, fica autorizada, por deliberação dos Acionistas que representem a maioria do capital da Companhia, a criar novas ações, a modificar, em qualquer tempo, a proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais sem direito a voto, podendo a Companhia criar classes diferentes de ações preferenciais, sem direito a voto, sem guardar proporção com a classe já existente. **Artigo 6º** - As ações terão obrigatoriamente a forma nominativa e serão indivisíveis perante a Companhia. **Artigo 7º** - Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais não terão direito a voto, exceto no caso de não distribuição de dividendos por três exercícios consecutivos, e terão prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias nos dividendos e distribuições de ações bonificadas, que se equipara a distribuição de dividendos. **Artigo 8º** - Fica a totalidade das ações que compõem e que venham a compor o capital social da Companhia, sejam elas ordinárias ou preferenciais, provenientes ou não de desdobramentos, gravada com cláusula de impenhorabilidade, incomunicabilidade conjugal e inalienabilidade parcial. **Capítulo III - Acordos de Acionistas. Artigo 9º** - Os acordos de acionistas celebrados entre os acionistas serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sua sede social. Os Diretores da Companhia zelarão pela observância e disponibilização desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos. **§1º** - Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia. **Capítulo IV - Das Assembleias Gerais. Artigo 10º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **§ 1º** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. **§ 2º** - As Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas por qualquer Acionista ou pelo Presidente da Diretoria, e presididas pelo Diretor Presidente ou, em sua ausência, por qualquer um dos presentes, eleito na ocasião, que escolherá, também dentre os presentes, um secretário. As Assembleias de Acionistas poderão ser realizadas de forma presencial ou digital observando-se as normas atinentes quanto à convocação, instalação e deliberação as regras da legislação e regulamentação aplicáveis às sociedades por ações de capital fechado. **Artigo 11º** - É necessária a aprovação, em Assembleia Geral, da maioria absoluta dos Acionistas em relação ao capital votante para, em especial, deliberar sobre as seguintes matérias: a) participação em outras sociedades; e b) modificação do presente Estatuto. **Capítulo V - Da Administração. Artigo 12º** - A Companhia será administrada pela Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Artigo 13º** - Fica expressamente estabelecido que os cônjuges, parentes por afinidade ou parentes até segundo grau dos acionistas e de seus herdeiros, não podem ter vínculo trabalhista e nem receber qualquer tipo de remuneração proveniente da Companhia ou qualquer sociedade coligada ou controlada por ela, não podendo mesmo prestar consultoria ou qualquer outra tarefa remunerada, sob pena de ser destituído da Diretoria ou de que violar a presente cláusula. **Capítulo VI - Da Diretoria. Artigo 14º** - A Diretoria será composta por até 3 (três) Diretores, Acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelos Acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, tendo as seguintes denominações: "Diretor Presidente"; "Diretor Financeiro" e "Diretor Operacional". **§ 1º** - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria e permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **§ 2º** - Mesmo depois de terminado o período para o qual foram eleitos, continuarão os Diretores no exercício de seus cargos, até a eleição e posse dos substitutos eleitos. **Artigo 15º** - Compete à Diretoria: a) Fazer cumprir as deliberações da Assembleia de Acionistas; b) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; c) Examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros; **§1º** - A responsabilidade técnica pelos serviços prestados pela Companhia, ficará a cargo da Diretora Operacional, **Thais Saraiva de Sousa. Artigo 16º** - Além das atribuições específicas definidas nos Artigos precedentes, deverão todos os Diretores colaborar para o bom e regular andamento das atividades sociais, comparecendo às reuniões, Assembleias e atos que exijam sua presença, desempenhando as funções que lhes forem atribuídas, sempre consoantes com as diretrizes definidas pela Assembleia Geral. **Artigo 17º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, sob a presidência do Diretor Presidente ou daquele pelo mesmo expressamente indicado, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes e, em caso de empate, o Diretor Presidente terá o voto de qualidade. **Artigo 18º** - Em todo e qualquer ato será a Companhia representada pela assinatura isolada do Diretor Presidente eleito pela Assembleia Geral. **§1º** - Para a prática dos atos abaixo listados será necessária (i) a assinatura isolada do Diretor Presidente ou (ii) a assinatura, em conjunto, do Diretor Financeiro e Diretor Operacional, ou, ainda, (iii) de um procurador constituído pelo Diretor Presidente nos termos deste Estatuto Social: a. representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante instituições privadas, repartições públicas federais, estaduais e municipais ou autarquias; b. assinar duplicatas no ato de sua emissão contra terceiros; c. movimentar contas correntes, podendo para tanto assinar cheques, ordens de pagamentos e recibos, autorizar débitos e transferências em contas correntes por todos os meios, inclusive eletrônicos, consultar saldos, retirar extratos e talões de cheques. **Artigo 19º** - Para a representação da Companhia em atos que devam ser realizados fora do município da sede social, ou nos atinentes à esfera judicial, poderá o Diretor Presidente designar um mandatário especial que, devidamente autorizado por escrito, poderá sozinho desempenhar suas atribuições, sendo que, nos casos desse dispositivo, ao contrário dos demais mandatos, não se estipulará limite de validade. **Artigo 20º** - A Assembleia Geral fixará os honorários da Diretoria anual e globalmente, podendo conceder aos membros uma participação nos lucros da Companhia, observando o disposto nos Artigos 152 e 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 21º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, Procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral dos Acionistas. **Capítulo VII - Conselho Fiscal. Artigo 22º** - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º** - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **§3º** - Quando o Conselho Fiscal tiver de ser instalado, caberá à Assembleia, que eleger seus membros, aprovar um Regulamento, que definirá as regras básicas de seu funcionamento, respeitadas as normas legais pertinentes, especialmente estabelecendo a qual dos membros caberá a presidência dos trabalhos. **Capítulo VIII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 23º** - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 24º** - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. **§1º** - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo deste Artigo: (i) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e, (ii) Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a destinação referida no item (a) deste §1º, e ajustado na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á 10% (dez por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas. **§2º** - Atendida a distribuição prevista no § anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido a Diretoria da Companhia, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **§3º** - A Diretoria, poderá, a qualquer tempo, antecipar a distribuição de dividendos, em função das demonstrações financeiras levantadas, subordinando-se essa medida a posterior aprovação da Assembleia Geral. **Artigo 25º** - Prescreverá a favor da Companhia o direito aos dividendos e lucros não reclamados nos 3 (três) anos subsequentes à data da publicação da Ata da Assembleia que aprovou a sua distribuição. **Capítulo IX - Liquidação. Artigo 26º** - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§1º** - A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§2º** - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **Capítulo X - Boas Práticas de Governança Corporativa. Artigo 27º** - A Companhia se compromete a adotar boas práticas de governança corporativa. A adoção destas práticas visa garantir a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa no relacionamento entre Acionistas, órgãos da Companhia e entre estes e terceiros, buscando a valorização da Companhia e sua perpetuação. **§1º** - Quaisquer controvérsias entre Acionistas e/ou entre estes e a Companhia devem ser resolvidas inicialmente e preferencialmente por meio de negociações conduzidas por representantes das partes especialmente designados para esse fim. Poderá, ainda, a Assembleia de Acionistas, ou eventual acordo de acionistas, nomear câmara arbitral para solução das controvérsias que venham a surgir. **Capítulo XI - Disposições Gerais. Artigo 28º** - A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo o Presidente da Assembleia Geral e da Diretoria abster-se de computar votos contrários aos seus termos. **Artigo 29º** - Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes, em especial a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e suas posteriores alterações. **Artigo 30º** - Os Acionistas e a Companhia elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões relativas à interpretação e ao descumprimento das obrigações previstas neste Estatuto Social, bem como quaisquer controvérsias, conflitos, questões ou divergências de qualquer natureza. Barueri/SP, 27/03/2024.

## CCBB 45 Participações S.A.

CNPJ nº 51.077.970/0001-26

### Ata da Assembleia Geral de Continuação

Em 16/05/2022, às 10:00 horas, na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 24, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, os abaixo-assinados e adiante nomeados reuniram-se em assembleia, tendo assumido a presidência dos trabalhos o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira** e, como secretário, o Sr. **Bruno Santana Barros**. Declarando instalada a assembleia, o Sr. Presidente enfatizou que a reunião tinha por finalidade a constituição de uma sociedade por ações, a ser denominada "**CCBB 45 Participações S.A.**", com capital social de R\$ 1.000,00, tendo sido constatada a integralização em dinheiro no montante de R\$ 100,00, equivalentes a 10%, depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III, e 81, da Lei 6.404/76, conforme Boletim de Subscrição. Na sequência, o Sr. Presidente entregou aos subscritores um exemplar da proposta do Estatuto Social, elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, a fim de ser discutido e votado, o qual foi aprovado por unanimidade, com a seguinte redação final: "**Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º:** A Companhia gira sob a denominação social de "**CCBB 45 Participações S.A.**" e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 24, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. **§1º:** Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Artigo 2º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, podendo exercer ou não funções de gestão e administração dos negócios. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 4º:** O Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **§1º.** A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. **§2º.** Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. **§3º.** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por urna das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **Artigo 5º:** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Artigo 6º:** A Companhia poderá emitir ações preferenciais, as quais não terão direito de voto, consistindo sua preferência no recebimento de dividendos de 8% dos lucros auferidos no exercício, ou outro percentual definido em Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade. Artigo 7º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 2 diretores, cabendo a todos, em conjunto ou isoladamente, a administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele, ficando assim eleitos Diretores os Srs. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 44.214.264 SSP/SP, inscrito no CPF nº 342.435.678-67, residente e domiciliado na Rua Nelson Brissac, nº 611, Parque Regina, São Paulo/SP, CEP 05773-110, e **Bruno Santana Barros**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 49.062.009-7 SSP/SP, inscrito no CPF nº 400.136.328-33, residente e domiciliado na Rua Pedra Cavalheiro da Silva, nº 76, Jardim das Oliveiras, São Paulo/SP, CEP 06765-410, ambos eleitos para um mandato de 2 anos. Os Diretores acima eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem as atividades mercantis, bem como não estão condenados por crime algum cuja pena vede o exercício da administração da empresa, conforme o artigo 147, I, da Lei 6.404/76. **§1º.** Fica facultado aos Diretores, em conjunto ou isoladamente, constituírem procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. **§2º.** É defeso a qualquer diretor usar a denominação social em negócios estranhos à Companhia, especialmente em atos de mera liberalidade em favor de terceiros. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral - Artigo 8º:** A Assembleia Geral será convocada e instalada de conformidade com as normas legais, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a sua realização, com prazo de convocação mínimo de 30 dias, através de instrumento escrito ou meio eletrônico. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 9º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VI - Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras. Artigo 10º:** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. **§1º:** Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII - Do Resultado, Reservas e Dividendos. Artigo 11º:** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Artigo 12º:** Do Lucro Líquido do exercício, 5% serão destinados à constituição da reserva legal; 25% para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia. Artigo 13º:** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á extingui-se-á nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Artigo 14º:** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas. Em razão disto, o Sr. Presidente proclamou a constituição definitiva da sociedade por ações denominada "**CCBB 45 Participações S.A.**". Nada mais havendo a tratar, e não havendo qualquer outra manifestação dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia da qual se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada foi assinada por todos os subscritores presentes, que representam a totalidade do Capital Social subscrito, ficando um exemplar em poder da Companhia, e destinando-se o outro exemplar às finalidades legais. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo/SP, 16/05/2022. **Cristiano Carvalho de Oliveira** - Presidente; **Bruno Santana Barros** - Secretário. **Diretores Eleitos:** Cristiano Carvalho de Oliveira e Bruno Santana Barros. **Visto da Advogada:** Juliana Costa Magalhães, OAB/SP nº 308.282. JUCESP/NIRE nº 3530061773-8 em 16/05/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 31.701.408/0001-14 - NIRE 35.300.522.681

### Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

O Conselho de Administração da **Athena Saúde Brasil S.A.** ("**Companhia**"), vem, pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**"), convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, em 27 de maio de 2024, às 18h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("**INDREI81**"), nos termos do art. 124, § 2º da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) consignar a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) aprovar a eleição de novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, bem como ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) a autorização aos administradores da Companhia para realizarem todos os atos necessários para a efetivação das matérias constantes da ordem do dia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores - [ir@athenasaude.com.br](mailto:ir@athenasaude.com.br), com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; e (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. As informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 18 de maio de 2024. **Ana Teresa do Amaral Meirelles** - Presidente do Conselho de Administração. (18, 21 e 22/05/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/05/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

